

BIOÉTICA COMO ÉTICA APLICADA: UM NOVO DESENHO PARA A ÉTICA

Jovino Pizzi*
Fabiane C. Rittmann**

RESUMO: As grandes transformações do conhecimento humano proporcionam novas indagações. Neste contexto, as respostas não se restringem ao campo da ciência e da comunicação, pois não se trata de algo meramente técnico ou de marketing. Por isso, as mudanças implicam em uma nova configuração do âmbito moral. E as éticas aplicadas representam um novo desenho para a ética, delineando um mapeamento capaz de visualizar a necessidade de uma fundamentação filosófica para as próprias éticas aplicadas, de modo especial para a bioética.

PALAVRAS-CHAVE: Bioética. Éticas aplicadas. Mídia. Desenho ético.

BIOETHIS AS AN APPLIED ETHICS: A NEW DESIGN FOR ETHICS

ABSTRACT: The great transformations of the human knowledge give rise to new questions. In this context, the answers are not restricted to the science and communication areas, once they are not merely related to technical or marketing issues. Therefore, changes imply in a new configuration in the moral sense. And the applied ethics represent a new design for Ethics, forming a map which is able to visualize the need of philosophical fundamentals for the applied ethics themselves, specially for Bioethics.

KEY WORDS: Bioethics. Applied ethics. Media. Ethic design.

* Jornalista, Dr. em Filosofia, Prof. do Instituto Superior de Filosofia da Universidade Católica de Pelotas. Esse trabalho está vinculado ao projeto financiado pelo CNPq, em cooperação com o Ministério da Saúde (processo 401934/2005-5) Teorias éticas e bioética: o âmbito inderrogável entre a fundamentação e a aplicação.

Endereço: Rua: Félix da Cunha, 412– Centro - Caixa Postal 402

96100-010 Pelotas, RS - Brasil

E-mail: jovino@ucpel.tche.br

** Jornalista, pós-graduanda do curso de Especialização em Bioética e Pastoral da Saúde pelo Centro Universitário São Camilo.

Endereço: Rua Dr. Antonio Leivas Leite, 61 – Fragata

96030-030 Pelotas, RS – Brasil

E-mail: fabioetica@yahoo.com.br

Recebido em: ago. 2007

Avaliado em: set. 2007

1 Introdução

O século XXI transforma o giro ético da filosofia contemporânea em algo consistente, não apenas para a filosofia, mas também para o debate em geral. A questão se move em torno a alternativas plausíveis às novas situações, ou seja, aos desafios que a ciência e o conhecimento moderno suscitaram. De fato, são diferentes campos que se abrem, aos quais os modelos tradicionais da filosofia e da própria ética já não respondem com tanta solidez. Por isso, as diferentes áreas do conhecimento e, inclusive, a comunicação social não podem manter-se à margem, nem ignorar essas transformações.

O giro ético salienta a importância não apenas da ética, mas também a necessidade de um novo desenho ético. Atualmente, a ética deixou de ser um estudo meramente acadêmico, despertando o interesse de muitas áreas. A insistência em buscar possíveis respostas às interrogações atuais - tanto em relação à ecologia, como aos aspectos relacionados à manipulação genética - fez com que muita gente (de todas as áreas) se aproximasse da filosofia, mormente da ética.

Por um lado, essa retomada da ética provocou um derruimento da concepção maquiavelista, a qual pretendia negar a responsabilidade moral, pelo menos na política. Agora, mais do que nunca, parece que tudo está envolvido com a ética ou, então, que as deliberações precisam de uma justificação com plausibilidade ética. A todo momento, ou a respeito de qualquer coisa, seja o que for, lança-se mão da ética para salientar a necessidade de prestar atenção para o aspecto normativo, isto é, moral.

Por outro, o giro ético desenhou um novo mapeamento. As éticas aplicadas ganharam um espaço significativo, cujos distintos focos de reflexão envolvem a ética nas empresas, na economia e nas organizações, ética nos meios de comunicação, as éticas profissionais etc. No entanto, as duas áreas mais conhecidas estão ligadas à bioética e ao meio ambiente. Nesse sentido, é importante salientar que, na perspectiva do novo desenho ético, essas diferentes denominações não representam áreas separadas umas das outras. Além do mais, é impossível justificar a disjunção entre essas diferentes éticas aplicadas com a fundamentação filosófica. Esse é, sem dúvida, um dos pontos-chaves deste artigo.

Para explicar essa reconfiguração do âmbito moral, salientamos, como primeiro ponto, a imbricatividade entre a fundamentação filosófica e a necessidade de justificar as deliberações em casos práticos. Trata-se, portanto, de salientar o fato de que as éticas aplicadas tendem a definir caso se recusarem e, por isso, não aceitam a fundamentação filosófica, de modo especial da ética. Essa é, sem dúvida, uma das importantes contribuições da filosofia nessa discussão.

O segundo momento centra a discussão em torno à necessidade de os meios de comunicação também participarem desse debate. No fundo, pretende-se alertar sobre

o fato de que do ponto de vista ético, tanto a desinformação na mídia, como a omissão da informação, são igualmente graves. Como porta-vozes dos avanços da ciência e, ao mesmo tempo, assumindo um compromisso ético para com a sociedade, os comunicadores devem estar sintonizados com as problemáticas atuais. Por isso, é que o parecer dos jornalistas deve seguir uma reflexão crítica, com olhos para a promoção da justiça, não se limitando aos possíveis interesses de grupos ou empresas.

2 A bioética: uma disciplina integrada a outras disciplinas

A bioética não é uma ciência isolada, mas engloba aspectos sociais, morais, éticos, legais, espirituais, econômicos, antropológicos, educacionais, psicológicos, políticos, culturais, profissionais, assistenciais e biológicos. Por causa das diferentes áreas que ela percorre; o papel do operador da bioética é de procurar a transdisciplinaridade para, assim, fazer a construção coletiva e ser humilde. Observam-se, mais do que nunca, as inquietações éticas atuais evidenciando a necessidade de uma adequada informação e esclarecimento sobre os riscos potenciais, para que, dessa forma, o progresso da ciência tenha em vista muito mais os benefícios, de modo a amenizar a probabilidade de danos. Com este intuito, a bioética, de acordo com os Documentos Básicos da Redbioética-Unesco, apareceu nos Estados Unidos, nos anos 70. Ela passou a se difundir:

nos diferentes continentes na década de 80, consolidando-se por todo o mundo nos anos 90. Desde que começou, a bioética sempre teve um duplo enfoque: GERAL como o ponto de vista de Potter, incluindo todas as questões do fenômeno vital, do humano até o ambiente como um todo; o PARTICULAR sobre as questões da saúde, como recomenda Hellegers. A bioética iniciou como uma Ética Aplicada, como uma forma a mais de utilizar o método filosófico para responder aos questionamentos sobre os limites da vida. Hoje em dia se converteu em uma proposta mais ampla, interdisciplinar em sua essência. Chega ao século XXI com uma visão mais extensa dos problemas relacionados com a vida humana. (UNESCO, 2005, p. 7).

Evidentemente, é possível encontrar também outros centros de discussão e nomes. Entre esses, podemos citar André Hellegers (fundador do Kennedy Institut of Bioethics), Daniel Callahan (fundador do Hastings Center) e Van Rensselaer Potter, com seu artigo *Bioethics: the science of survival* (1970). Além disso, na década de 80, na Europa, despontam nomes como Jean-François Malherbe (criador do Centre d'Etudes Bioéthiques de Bruxelas), Nicole Léry (Lyon), Patrick Verspieren (Centro de Paris), Francesc Abel

(Instituto Borja), Diego Gracia (Universidade Complutense de Madri) (CORTINA, 2005, p. 11-12).

Essa diversidade gerou também diferentes conceitos em relação à própria bioética e, por certo, na sua configuração. Fernando Lolas (2001, p. 13), define o termo bioética como sendo a “disciplina científica que estuda os aspectos éticos da medicina e da biologia em geral, assim como as relações do homem com os outros seres vivos.”

A bioética refere-se, assim, a temas relacionados ao campo da vida e da saúde. São alguns deles: vida/morte, saúde/doença, dor/sofrimento, qualidade de vida pessoal, saúde pública. Segundo Guy Durand, é isso “que situa claramente a bioética entre os outros campos de atividade humana oferecidos à reflexão ética, até mesmo entre as outras éticas aplicadas” (DURAND, 2003, p. 115). Na sua essência, significa pensar ou refletir bioeticamente para, assim, encontrar possíveis orientações sobre a vida no planeta e das próximas gerações. Ela seria uma espécie de ponte, que interliga as problemáticas do presente com as possibilidades para o futuro.

A preocupação com as profundas transformações científicas, tecnológicas e culturais levou a bioética, especialmente nas últimas três décadas, a agregar novas definições ao termo, que se transformaram em um campo de estudo interdisciplinar. Correia (1996, p. 30) enfatiza que a:

bioética é a articulação, a integração e o consenso de várias disciplinas, não só da área da saúde, mas também de outras áreas, como: antropologia, biologia, sociologia, psicologia, economia, direito, política, ecologia, filosofia, teologia, etc. Envolve profissionais de saúde e todos aqueles que, com competência e responsabilidade, dispõem-se a refletir eticamente sobre a melhor conduta a ser prestada à pessoa humana. (CORREIA, 1996, p. 30).

Essa é, por certo, uma forma de configurar a bioética, ou seja, como centro para o qual convergem diferentes áreas ou disciplinas. O caráter pluralista da bioética é reforçado por Pessini, afirmando que a “bioética [...] trata da vida da natureza, da flora, da fauna e da vida humana, à luz dos valores humanos aceitos em uma sociedade democrática, pluralista, secular e conflitiva” (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 1991, p. 34). Para Diniz e Gilhem (2005, p. 18-19), a bioética procura refletir sobre os:

avanços relacionados à experimentação humana, ao controle comportamental, à engenharia genética, à saúde reprodutiva, ao transplante de órgãos, dentre tantos outros temas atualmente relacionados com a bioética. Para essas questões a bioética descreve orientações às discussões de cada um de seus problemas específicos.

Sem dúvida, essa idéia evidencia a importância da bioética, bem como suas contribuições no debate atual. Todavia, há o perigo de esvaziar o próprio conteúdo da bioética, transformando-a apenas em um instrumento para orientar as decisões a respeito de casos específicos. No final das contas, ela se transformaria em um receituário para situações paradigmáticas. Nesse sentido, é possível salientar um outro aspecto controverso, pois, à medida que a bioética se afaste da fundamentação filosófica, ela vai perdendo consistência, transformando-se em assunto privado e exclusivo de médicos, advogados, gestores de instituições de saúde ou teólogos.

É evidente que o estudo e a especialidade da bioética não se restringem à área médica, pois há outros “profissionais de assistência à saúde e atendimento aos pacientes, como enfermeiras, assistentes sociais, gestores públicos e representantes das entidades privadas” (AMSTRONG, 2006, p. 457). Desse modo, é possível integrar - no mesmo nível e sem obedecer a nenhuma hierarquização ou primazia - bioética, ecologia, aspectos econômicos e sociais, políticas públicas, gestão empresarial etc. Na verdade, essa integração só ajuda a “melhorar as condições de vida da população através de medidas voltadas para a higiene ambiental, tais como saneamento, inspeção dos alimentos e descontaminação da água potável.” (p. 457).

Em uma sociedade pluralista, como a atual, não existe uma voz exclusiva, mas uma diversidade de pontos de vista e aspectos a serem levados em consideração. Além do mais é preciso considerar a diversidade de normas existentes, sejam elas de caráter ético, jurídico, econômico e político. Também é necessário salientar os aspectos técnicos, as crenças e pontos relacionados à autonomia do sujeito. Na vida diária e, inclusive, em relação às decisões técnicas existem muitas opiniões diferenciadas, às vezes, nem sempre objetivamente definidas. Esse conjunto de aspectos é fundamental no momento de deliberar, pois quando se trata dessa ação, há a necessidade de buscar a aquiescência de todos os envolvidos (direta ou indiretamente, presentes e/ou futuros). Nesse caso, nem mesmo os especialistas têm voz preponderante, porque não é o filósofo, o teólogo moral, o especialista em meio ambiente, o médico ou o político etc, que podem sentenciar um veredicto justificável. Os peritos e especialistas também são participantes, como qualquer outro, sem distinção de capacidade, nível de instrução ou merecimento.

Por isso, é importante salientar que a reflexão inicial proposta pela bioética já não se encontra mais focada, atualmente, apenas na área médica. Como nas demais éticas aplicadas, a bioética envolve especialistas de distintas áreas (teologia, direito, filosofia, economia, administração etc.). Conforme Celso Mattos (2001, p. 5) seu estudo necessita, inclusive, da participação de jornalistas que, como intérpretes da realidade e, ainda, assumindo seu compromisso moral para com a sociedade, “devem estar em sintonia com os problemas contemporâneos e saber lidar com eles de forma reflexiva, justa e crítica.”

Diante disso, é preciso discutir sobre a plausibilidade dos princípios. Será que a bioética apresenta, em si mesma, sustentabilidade em seus princípios? Ou ela necessita de uma fundamentação teórico-filosófica? É suficiente afirmar que a bioética deveria ser o centro de gravitação das demais éticas aplicadas? Ou será preciso reconhecer outros âmbitos também muito imprescindíveis?

Novamente, o problema continua aberto. Na verdade, considerar a bioética como centro de gravitação implicaria em estabelecer uma hierarquia ou, então, uma valoração no sentido de estabelecer um ordenamento, no qual determinados âmbitos da vida prática deveriam ser considerados como mais prioritários que os outros. Essa idéia poderia ser visualizada através de mônadas com as características de imaterialidade, indivisibilidade e eternidade, isto é, completamente univalentes. Em certo sentido, o novo desenho ético pode ser comparado ao aspecto estrutural do polímetro do ADN, no qual todos os segmentos assumem uma responsabilidade fundamental na definição da carga genética de qualquer ser vivo. Não representa, portanto, uma configuração monadária, ou constelações separadas uma das outras; nem se trata de organizar um mapeamento de acordo com uma ordem hierarquizada ou de acordo com uma possível progressão axiológica.

Entre muitos autores, Max Scheler (2001) procura desenvolver uma teoria geral dos valores, propondo distintas modalidades axiológicas. Seu esquema salienta a valoração ascendente da hierarquia dos valores, na qual existem quatro modalidades: a) o agradável e o desagradável; b) os valores relacionados com a sensibilidade vital; c) os denominados valores espirituais; d) por fim, os aspectos vinculados ao sagrado e ao profano. Atualmente, ainda há uma tendência em dar primazia a determinados aspectos, numa tentativa um tanto frugal de considerar o aspecto econômico como mais importante que a política ou, então, salientar que o individual tem primazia sobre o social. Quanto se trata do agir humano, essas hierarquizações pouco ou nada contribuem.

Para evitar esse litígio - de certo modo, sem fundamento, nem consistência - é preciso entender que todos os âmbitos da vida prática são essenciais, tanto quanto a bioética. A separação pode ocorrer em termos epistemológicos. Todavia, ela é ineficaz quando se trata do agir. Scheler pretende rebater os pressupostos kantianos. No debate atual, o importante está em saber se apenas o procedimentalismo (ou o formalismo) é capaz de indicar as justificativas para a tomada de decisões. Por isso, o divórcio entre fundamentação filosófica e aplicação nas áreas práticas significa, sem sombra de dúvida, um passo decisivo para o esmorecimento das éticas aplicadas, ou seja, seu desaparecimento.

Na verdade, a preocupação com as distintas esferas da vida social estimulou o avanço em diferentes direções, tanto na área da bioética, como em relação à ética

empresarial, dos negócios e das organizações, ética dos meios de comunicação, éticas profissionais (docentes, engenheiros, arquitetos, advogados, etc.) (CORTINA, 2005, p. 11). Isso permitiu uma determinada separação de saberes e especialidades, como se o bio fosse peculiaridade de médicos, biólogos, botânicos, veterinários e ambientalistas, enquanto a ética limitasse ao terreno filosófico, teológico ou moralista.

Além de evitar uma hierarquização entre os distintos âmbitos da vida prática, é necessário evitar também a formação de constelações isoladas, constituídas em distintas miríades particulares, sem nada em comum entre si. Com isso, abre-se a porta para o diálogo interdisciplinar, reconhecendo, portanto, os limites de cada campo do saber e, ao mesmo tempo, reforçando a idéia da complementaridade de saberes. No fundo, não se justifica permanecer fechado em pequenos grupos de especialistas e pessoas especializadas, pois a deliberação somente será coerente quando todas as pessoas envolvidas participarem. Sem a participação de todos os afetados (direta ou indiretamente), corre-se o risco de cair em dogmatismos ou em relativismos.

Por isso, é preciso reconhecer que a bioética pressupõe princípios que a norteiam e permitem deliberar em torno a questões procedentes, sejam elas relacionadas com a medicina, a biologia, as ciências experimentais etc., bem como na orientação em relações a questões como, por exemplo, o perigo da destruição do habitat humano, causado pela contaminação. Nesse sentido, a bioética é hoje para a comunicação social, um campo extremamente fértil, que fascina não apenas os pesquisadores, como também os meios de comunicação e a própria população.

É disso que emerge a necessidade de um esclarecimento público e um compromisso com a verdade por parte dos profissionais da mídia. O fundamental está em oferecer informações corretas sobre o que acontece na área. Às vezes, é possível encontrar mensagens que nem sempre buscam um aprofundamento maior e, por isso, podem provocar angústia e gerar incertezas.

3 A responsabilidade moral da mídia frente às éticas aplicadas

Do processo de globalização, verificado em escala mundial, a busca pelo lucro com a venda de informações tem levantado questionamento referentes a conduta ética das empresas de comunicação e de seus profissionais. Os pontos considerados são, principalmente, a respeito da imprensa e sua responsabilidade com a verdade na informação jornalística. Essa pauta tornou-se indispensável devido ao Crescimento da recusa dos valores éticos.

Daí, então, a exigência de uma reorientação para o agir humano, nos novos e diferentes campos, torna real o nascimento de áreas como a bioética, a ética das empresas e das organizações, a ética do desenvolvimento, a ética dos meios de comunicação, a

infoética e a ética das múltiplas atividades profissionais (CORTINA, 2005, p. 11).

Diante disso, é imprescindível pensar a bioética também nos meios de comunicação. Não é uma proposta fora do contexto e, sim, um novo olhar para encontrar, nesses meios, o respeito e a dignidade de cada pessoa.

As expectativas diante das novas possibilidades da biologia ou, senão, dos dilemas que envolvem o meio ambiente, requerem um gerenciamento da informação e, no caso das expectativas técnicas e morais, uma gestão da transparência como primeiro passo na construção de confiança nas relações entre indivíduos, organizações, profissionais e sociedade. Não é possível gerar determinadas expectativas, caso não se consiga, em primeiro lugar, informar a respeito dos compromissos com as obrigações de reciprocidade que toda relação, seja comercial ou não, coadjuva; e, em segundo lugar, o nível de cumprimento desses compromissos também deve ser explícito (GARCÍA-MARZÁ, 2006, p. 140).

De acordo com Blázquez (1999, p. 12), “a profissão do comunicador tende a se converter num assunto exclusivamente empresarial e mercantil. O ideal da verdade cede a primazia ao lucro e ao status social como forma de poder.” Por isso, além do aspecto técnico ou comercial, é necessário insistir no compromisso moral da própria empresa, pois ela é um agente social e seu compromisso não se resume a veicular uma informação, nem se pode admitir que sua finalidade limite-se ao aspecto econômico-financeiro.

Assim como na bioética, não é possível deixar de pensar na visão integral do ser humano, tanto mais no exercício da profissão em comunicação social. A tentativa para uma comunicação mais ética e responsável passa também pela compreensão e aplicação dos fundamentos da bioética. Frente à imensa variedade de campos de discussão dentro da bioética, pode-se observar que temas relativos a esse conceito passam cada vez mais a ser veiculados na mídia, com o uso da palavra bioética como mediadora.

4 Uma experiência com repercussões terríveis: o caso Tuskegee¹

No começo da década de 70, tornou-se público o Caso Tuskegee, graças à imprensa. O Estudo Tuskegee, como era chamado, tratava-se de um estudo que procurava pesquisar a evolução natural da sífilis sem nenhum tipo de tratamento. A grande questão é que os quatrocentos negros participantes do Estudo de Tuskegee (batizado assim, pois era o nome do Centro de Saúde onde foi realizada a pesquisa) não foram informados de que eram portadores de sífilis e nem dos efeitos da doença. Fernando Lolas (2001, p.

¹ Uma discussão mais aprofundada desse caso e da relação da bioética com a mídia foi tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Fabiane Chagas Rittmann, apresentado na Escola de Comunicação Social, da Universidade Católica de Pelotas, em junho de 2006. -

23) fala que, nesse estudo, os ‘voluntários’, todos negros, jamais foram informados sobre o objetivo das observações, tampouco sobre os riscos que corriam. [...] receberam transporte, alimentação e funeral gratuito.

A pesquisa aconteceu de 1932 a 1972. Entretanto, sabe-se que a penicilina já estava disponível desde 1946 e era o único tratamento para a sífilis. Contudo, os participantes nunca foram informados dessa possibilidade de intervenção.

A participação da imprensa foi de extrema importância, pois graças à denúncia do jornalista norte-americano Jean Heller, da Associated Press, ao New York Times, é que o caso foi notificado publicamente em 26 de julho de 1972. Com isso, o Congresso dos Estados Unidos decide criar, em 1974, uma Comissão Nacional para a Proteção dos Sujeitos Humanos na Pesquisa Biomédica e Comportamental. Segundo Gato Fernández (2000, p. 17), ela “estabeleceu os parâmetros a serem observados na experiência com seres humanos, com ênfase especial quanto aos membros dos grupos vulneráveis.” (2000, p. 17).

Como se pode perceber, o Caso Tuskegee, para Celso Mattos, “não tem função meramente informativa e histórico-situacional, mas faz pertinente para refletir sobre o papel da imprensa como vigilante dos direitos humanos” (MATTOS, 2001, p. 7). Ainda, segundo o autor,

a exemplo de muitos profissionais da saúde que estão buscando nos fundamentos filosóficos da ética as respostas para questões polêmicas como a clonagem humana, terapia gênica, seqüenciamento genético, transplantes de órgãos, pesquisa com seres humanos, abortamento eugênico, transexualidade, alimentos geneticamente modificados, entre tantos outros que a tecnociência está trazendo à tona nesse início de século, os jornalistas como transmissores da informação e formadores de opinião não podem ficar à margem desta discussão. Precisam participar dela não como agentes passivos, mas ativos, caso contrário correm o risco de pecar pela omissão. (p. 7-8).

O autor expressa que “a Bioética tem muito a contribuir com a imprensa [...]. Ela é uma ética de compreensão planetária que resgata a visão global do homem”. Ainda ressalta que “a imprensa, assim como a área da saúde, está vivendo um novo paradigma frente aos avanços tecnológicos.” (MATTOS, 2001, p. 8).

Neste cenário, conforme Pessini (2006, p. 15), essas “conquistas da tecnociência devem estar a serviço da vida e de todos os que necessitam”, visto que, não raro “é o dia em que somos surpreendidos, seja na TV, seja no rádio, seja nos jornais, por novidades que envolvem nossa vida no planeta Terra!”. Logo, percebe-se a necessidade de

pensar a bioética também nos meios de comunicação de massa. Não é uma proposta fora do contexto e sim um novo olhar para encontrar nesses meios, o respeito e a dignidade de cada vida humana e o exercício da preservação do futuro da vida no planeta. Blásquez (1999, p. 27), descreve que a relação entre emissor e receptor é determinada pela interferência da tecnologia. A idéia é que

A comunicação e a informação estão quase sempre em função da tecnologia e às custas da informação propriamente dita. É assim que surge o problema ético fundamental do conflito tecnologia-humanismo. As relações diretas são substituídas pelo meio técnico. Este se torna mais importante do que a dimensão humana entre os emissores e os destinatários, do que a qualidade das mensagens.

Diante disso, Custódio (2001, p. 39) diz que é tão grande a força das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação que isso gerou uma teoria chamada Agenda Setting (Fixação de Agenda). Sobre essa teoria, Barros Filho (1996, p. 27), explica que a Agenda Setting é a hipótese segundo a qual “os meios de comunicação determinam os temas das conversas dos cidadãos dos diferentes níveis sociais, conformando realidade aos fatos veiculados pelas notícias.” Ou seja, somente existe aquilo que a mídia veicula, e por assim dizer, escolhe como sendo real. Por exemplo, uma simples problemática no campo da bioética, pode ser transformada em um fato jornalístico e, assim, passar a integrar o universo de preocupações e comentários do público e, por conseguinte, gerar também um agendamento público e institucional.

Em primeiro lugar, essa fixação de agenda confunde um aspecto inegável: enganando-se a respeito do publicado e a opinião pública. Um equívoco primário, pois a opinião pública é muito mais ampla. Na verdade, ela articula diversas concepções, oriundas de fontes diferentes, como as crenças, as ideologias, a formação ou a história de vida pessoal, o grupo de influência, além das expectativas as capacidades individuais de análise e projeção a respeito daquilo que cada um espera. Nesse sentido, existe uma diferença entre a imprensa como tal - com seus interesses e sua ideologia - e a sociedade como um todo, na sua diversidade de pontos de vista e com seus problemas e interesses que nem sempre são os iguais aos objetivos da mídia.

Além do mais, os meios de comunicação sofrem, no momento, um desgaste relativamente acentuado na sua credibilidade, aspecto que influencia profundamente na confiança do que é veiculado. É verdade que “nem tudo o que brilha é ouro” e, por isso, muita coisa do que é veiculado não passa de montagem ou arranjo comercial. Já foi o tempo em que os telespectadores ou leitores de jornal podiam ser considerados apenas como consumidores de um produto bem formatado, enfim, pessoas um tanto

ingênuas diante do que Lêem, vêem ou escutam.

A credibilidade ou a legitimidade das empresas de comunicação - como qualquer outra - depende diretamente da confiança nelas depositadas, ou seja, de sua responsabilidade. Essa responsabilidade que não se limita ao conteúdo das matérias, porque inclui também aspectos éticos, sociais e ecológicos. A importância das empresas de comunicação não está na “historinha bem contada” ou no detalhe da informação, mas na responsabilidade moral da empresa, inclusive diante do desemprego, da proteção ao meio ambiente, do desenvolvimento social etc. Para tanto, é necessário que ela seja transparente e responda por seus atos enquanto empresa que busca o bem da sociedade. O que se pretende e se exige é conhecer melhor qual o posicionamento ético da mesma diante de seus próprios compromissos e das legítimas expectativas nela depositadas.

Essa é, sem dúvida, umas das razões para considerar a ética na mídia como uma ética aplicada. Não se trata, pois, de exigir responsabilidades aos cientistas, pesquisadores, geneticistas, médicos, ou dos comunicadores, mas também das empresas como sujeitos morais.

Por causa do desgaste causado na sociedade - pelas grandes transformações sociais e tecnológicas - hoje, mais do que nunca, exige-se uma consciência e responsabilidade de tal forma que, as ações humanas não coloquem em risco a vida alheia. É para agir com responsabilidade que jornalistas necessitam de um bom nível de conhecimento de fundamentos filosóficos, um senso de justiça apurado, um conhecimento de mundo, uma bagagem cultural e acima de tudo, preparo ético para lidar com a complexidade dentro da qual está inserido o ser humano.

Por isso, segundo Mattos, as reflexões éticas sobre conteúdos divulgados pela mídia exigem sujeitos capacitados, principalmente profissionais da informação que estejam preparados eticamente para gerar práticas jornalísticas responsáveis (2001, p. 3).

Somente a partir de uma construção ética e bioética do jornalismo poder-se-á ver a dimensão humana emissor-receptor. Pois a pessoa é sujeito e fundamento e a seleção e produção daquilo que é notícia ocorre em função dela e não por outras motivações. Segundo Eugênio Bucci (2000, p. 33), a imprensa deve existir para um único interessado: o cidadão - e só para ele

Dessa forma, o maior desafio do comunicador social é ajustar, incessantemente, seu olhar para a realidade atual. Assim, tornar o ser humano protagonista de uma comunicação que perpassa o simples direito à informação. A proposta que a bioética traz ao refletir sobre a conduta humana em relação à vida, examinada à luz de valores e princípios morais, deve aplicar-se também à comunicação social. Por causa da multidisciplinaridade desse campo do saber, procura-se estabelecer um diálogo, também e, por que não, com os meios de comunicação.

Esses campos apresentam desafios permanentes tanto para médicos, enfermeiros, advogados, psicólogos, biólogos, geneticistas, teólogos, sociólogos, filósofos, quanto para jornalistas. É o momento para se começar a discutir com mais clareza, pertinência, embasamento e segurança essas novas temáticas - produtos do saber humano. Além do mais, os meios de comunicação devem considerar que a informação é um bem público e, por esse motivo, não pode ser tratado como mercadoria ou um objeto vendável, que apenas consegue aceitabilidade se apresentar um bom marketing.

Sendo assim, da missão de comunicadores sociais na correta tradução do conhecimento e na transmissão verídica do saber cotidiano, resta apenas como instrumento dos interesses das empresas ou de grupos privados. Dessa forma, o papel de comunicadores se resume a porta-vozes desses grupos, sem nunca se preocupar em compreender o mundo em que vive, nem assumindo sua responsabilidade moral (seja individual ou da empresa). Por isso, as mudanças estão na busca de novos rumos para uma comunicação responsável.

Dessa forma, pode-se dizer que, nesse século XXI, é grande o compromisso que o comunicador social possui com a realidade presente e as conseqüências futuras do agir humano. Por isso, é fundamental que esse profissional esteja aberto à nova realidade global e informacional, acompanhando-a de tal forma que suas mensagens sejam produzidas com esmero, nunca se esquecendo da preocupação com os deveres da profissão e de seu compromisso com a sociedade.

A pretensão é justamente tentar mostrar uma comunicação social que vigie as transformações que a ciência, a tecnologia e o conhecimento humano vêm produzindo. Ele deve também voltar-se aos grandes desafios éticos, conjugando valores e princípios de um jornalismo comprometido com o cidadão de hoje e de amanhã.

Por fim, a configuração de um jornalismo voltado ao sujeito humano e à sociedade em geral deve utilizar-se das normas que regem a bioética. Esse olhar exige um compromisso mútuo do jornalista com a pluralidade. Nesta perspectiva, a mídia precisa ser um espaço aberto às demais vozes, atuando profissionalmente, mas também com a idéia de que é responsável pela transformação das pessoas e da sociedade como um todo.

5 A razão prática diante da pluralidade de normas

Como ponto final, deseja-se indicar algumas questões relacionadas à pluralidade de normas. Como foi salientado, as deliberações devem pressupor a diversidade de princípios e normas, através das quais é possível justificar a legitimidade de qualquer decisão. O procedimento deliberativo, além dos diferentes grupos de interesse e pontos de vista, deve ter presente normas de caráter científico, jurídico, religioso e, ainda, normas vinculadas ao aspecto cultural e moral, isto é, a uma complexidade de normas, às vezes de difícil conciliação.

A fundamentação de princípios e normas morais não se limita ao cálculo de utilidade ou às preferências subjetivas de cada sujeito ou, então, aos interesses de cada grupo particular. Em outras palavras, as deliberações não se justificam apenas quando, do ponto de vista científico, são viáveis ou, então, porque são legal e juridicamente possíveis. Elas também não devem restringir-se ao âmbito religioso, embora isso seja um fator importante a ser levado em consideração.

Nesse sentido, Kant (2000, p. 3) deixou claro que, em teoria, algo pode ser considerado correto, mas, na prática, não é conveniente, nem viável. Na verdade, a tentativa de justificar qualquer decisão não se deve limitar à possibilidade teórica de sua realização. Para Kant (2000, p. 4), pode haver casos teóricos que nunca serão “capazes de se converterem em práticos.” Se, em teoria, é possível garantir validade a determinadas normas ou princípios, pode ser que, na prática, elas não consigam validade plausível para garantir sua constituição prática. O que “pode ser pensado” pode ser logicamente possível, todavia nem, sempre pode ser aplicado (HOERSTER, 1975, p. 167).

Por isso, além da objetividade empírica e/ou científica dos fatos, as deliberações práticas necessitam de uma fundamentação normativa. Com isso, é possível dirimir a separação e o isolamento entre o horizonte da ciência e da ética, da moral e do direito, da economia e da ética, e assim por diante. Não pode haver, portanto, incompatibilidade entre o âmbito teórico (isto é, científico) e normas que orientam o agir (de ordem moral). Por isso, tanto a validade como a universalidade de qualquer norma não podem limitar-se ao seu sentido estritamente Lógico (HOERSTER, 1975, p. 182).

Daí, então, a observância de diferentes normas, sem subestimar, por suposto, as contribuições de cada esfera (teórica e prática). Não se trata de um duelo ou de um litígio entre diferentes possibilidades de fundamentação, sejam elas de caráter científico, jurídico, moral e, inclusive, de índole religiosa. A questão não se limita em averiguar ou estudar os possíveis prejuízos ou, então, as limitações de cada esfera normativa, mas de ver quais são as contribuições específicas de cada uma delas frente a qualquer deliberação. As deliberações práticas precisam justificar a validade das normas, sejam elas de procedência religiosa, moral, cultural ou, ainda, das leis de caráter científico.

O que ocorre, por exemplo, com a bioética? Às vezes, há uma tendência em justificar as decisões na própria ciência, ou seja, por meio de uma análise objetiva dos fatos e, com isso, dar as razões válidas para as decisões. Outras vezes, as deliberações se restringem a preceitos de uma crença religiosa. Nada impede que isso ocorra, sempre e quando essa fundamentação seja pública, evitando, pois, o encobrimento de sua justificação. Em qualquer caso, a fundamentação não pode, em hipótese alguma, justificar-se tendo como pretexto a ocultação da verdade (KANT, 2000, p. 61). Por isso, o

caráter de publicidade das justificações e das deliberações é, portanto, um requisito indispensável, o qual não se deve dissimular ou apoiar em qualquer tipo de fundamentalismo, seja ele de tipo religioso, filosófico, jurídico ou científico.

Desse modo, deseja-se salientar o aspecto formal da discussão, pois a ética aplicada não consegue justificar qualquer deliberação separada de princípios éticos. Em outras palavras, as éticas aplicadas - qualquer uma delas - encontram maior consistência se mantiverem seu vínculo com a filosofia. Daí, então, que, além de garantir a validade racional, é preciso observar e procurar refletir criticamente o que, segundo Kant, é factível em teoria e, por outro lado, plausível em termos práticos. As exigências normativas da razão prática pressupõem, portanto, um núcleo filosófico, o qual evita cair em um contingencialismo restrito a cada caso, sem limitar qualquer decisão à esfera de seu horizonte particular.

Referências

- AMSTRONG, David. Medicina In: OUTWITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BARROS FILHO, Clóvis. Agenda Setting e Educação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 5, p. 27-33, jan./abr., 1996.
- BLÁZQUEZ, Niceto. **Ética e meios de comunicação**. Tradução de Rodrigo Contrera. São Paulo: Paulinas, 1999.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASTELLS, Manuel. Más Allá de la caridad: Responsabilidad social en interés de la empresa em la nueva economía. In: CORTINA, Adela. **Construir confianza: ética de la empresa em la sociedad de la información y las comunicaciones**. Madri: Trotta, 2003.
- CORREIA, Francisco de Assis. **Alguns desafios da bioética**. In: PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, C. P. (Orgs). **Fundamentos da bioética**. São Paulo: Paulus, 1996.
- CORTINA, Adela. **La ética en las organizaciones sanitarias: una nueva oportunidad para la empresa**. In: GARCÍA-MARZÁ, Domingo (Dir.). **La apuesta ética en las organizaciones sanitarias**. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2005.
- CUSTÓDIO, José de Arimathéia C. Mídia: uma experiência religiosa. In: SIQUEIRA, J. E. de S.; PROTA, L.; ZANCANARO, L. (Org.) **Bioética: estudos e reflexões 2**. Londrina, UEL, 2001.
- DINIZ, Débora; GILHEM, Dirce. **O que é bioética**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DURAND, Guy. **Introdução geral à bioética: história, conceitos e instrumentos**; tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Editora do Centro Universitário São Camilo; Edições Loyola, 2003.
- GAFO FERNANDEZ, Javier. **10 palavras-chave em bioética: bioética, aborto, eutanásia, pena de morte, reprodução assistida, manipulação genética, AIDS, drogas, transplante de órgãos, ecologia**. Tradução de Maria Luisa Garcia Prada. São Paulo: Paulinas, 2000.

- GARCIA-MARZÁ, Domingo. Auditoria ética: um instrumento para o diálogo empresarial (pós-facio). In: PIZZI, J. **Ética e éticas aplicadas**. A reconfiguração do âmbito moral. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- HOERSTER, N. **Problemas de ética normativa**. Buenos Aires: Alfa, 1975.
- KANT, I. Teoría y práctica. 3 ed. Madrid: Tecnos, 2000.
- LOLAS, Fernando. **Bioética: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2001.
- MATTOS, Celso. Para pensar a Bioética para repensar a ética na imprensa. In: SIQUEIRA, J. E. de S.; PROTA, L.; ZANCANARO, L. (Orgs.). **Bioética: estudos e reflexões 2**. Londrina: UEL, 2001.
- PESSINI, Léo. **Bioética: um grito por dignidade de viver**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Problemas atuais de bioética**. São Paulo: Loyola, 1991.
- PIZZI, Jovino. **Ética e éticas aplicadas: a reconfiguração do âmbito moral**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- RITTMANN, Fabiane. **Ética, mídia e bioética**. Uma tentativa para compreender essas questões. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social e Jornalismo) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 2006.
- SCHELER, Max. **Ética: nuevo ensayo de fundamentación de um personalismo ético**. Madrid: Caparrós, 2001.
- SIQUEIRA, José Eduardo. **Ética e tecnociência**. Londrina: Editora UEL, 1998.
- UNESCO. REDBIOÉTICA-UNESCO. **Documentos básicos 1**. México: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005.